



Biograph



NOVOS CAMINHOS NA EDUCAÇÃO FLUMINENSE – RUBENS FALCÃO

Márcia da Silva Quaresma

Universidade Veiga de Almeida – UVA – Campus Cabo Frio

marciasquaresma@gmail.com

Rubens Falcão cearense nascido em Baturité em 1901 vai se tornar uma importante figura na educação fluminense nas décadas de 1930, 1940 e 1950 além de ocupar cargos públicos na estrutura do governo fluminense deixa como legado narrativas da implantação de políticas educacionais no estado do Rio de Janeiro que permitem, hoje, que vários pesquisadores tenham acesso a essas informações. Rubens Falcão que vai se tornar um personagem importante na área da educação e cultura fluminense, chega ao Rio de Janeiro através de Lourenço Filho o que conheceu durante a estadia em Fortaleza no Ceará onde realizou a Reforma do ensino no Ceará. Para iniciar esta reforma Lourenço Filho fez um concurso para admissão de pesquisadores que seriam responsáveis pelo levantamento das escolas existentes no estado e pelo censo escolar e um dos pesquisadores aprovados para esta tarefa era Rubens Falcão que havia cursado Humanidades no Liceu do Ceará. Através deste contato, segundo Câmara (1995), Rubens Falcão consegue uma carta de apresentação de Lourenço Filho para se mudar para a capital federal em 1923 e essa relação começada no Ceará será essencial para o desenvolvimento do trabalho de Rubens Falcão na educação do estado do Rio de Janeiro, nesta época ele já demonstra a sua relação com a escrita pois seu primeiro trabalho no Rio de Janeiro é como revisor do “Jornal do Comercio”. Depois colabora

escrevendo em vários jornais como “O País”, “O Globo”, “Diário Carioca”, “O Fluminense” e em revistas como “Fon-Fon”, “Atualidade” e “Brasil Contemporâneo”.

Rubens Falcão cursa a Faculdade de Direito de Niterói e presta concurso para inspetor regional de ensino fluminense e assim tem a oportunidade de trabalhar em diversas regiões do estado conhecendo a rede de ensino estadual o que vai influenciar nas suas ações durante o período que ocupou cargos na educação fluminense. Influencia principalmente na sua participação no projeto de governo do Interventor Amaral Peixoto de 1937 a 1945 período onde alcança os primeiros cargos na educação fluminense, e durante o período de governo de Amaral Peixoto como governador eleito de 1951 a 1954, o projeto de recuperação econômica e de ressurgimento do orgulho e identidade fluminense vai ser presente nas ações de Rubens Falcão a frente da educação fluminense pois Amaral Peixoto quando assume como interventor o governo do estado do Rio de Janeiro cria a Secretaria de Educação e Saúde Pública cujo secretário era Rui Buarque. Essa secretaria era composta por dois departamentos sendo um departamento de saúde e um departamento de educação e tinha como chefe de gabinete do secretário Rubens Falcão. E mais tarde Rubens Falcão é nomeado diretor do departamento de educação e a frente deste departamento Rubens participa de todas as ações educativas no estado o que será relatado no Livro “Novos Caminhos da Educação Fluminense” publicado em 1946 em edição do autor. Para entendermos melhor a proeminência destes cargos que Rubens Falcão ocupou veremos abaixo a estrutura organizacional da educação fluminense.

Em 1937, quando Amaral Peixoto assume a interventoria do estado do Rio de Janeiro encontra um Departamento de Educação ligado diretamente à Secretaria do Interior e Justiça. Em 1938, cria a Secretaria de Educação e Saúde Pública, dividida nos Departamentos de Educação e de Saúde. Em 1943, extingue a Secretaria de Educação e Saúde Pública e cria de forma autônoma o Departamento de Educação e o Departamento de Saúde, subordinados diretamente ao chefe do executivo.

Em 1946, já no período de redemocratização, com outro interventor nomeado, é restabelecida a Secretaria de Educação e Saúde. Em 1947 é criada a Secretaria de Educação e Cultura, estrutura que Amaral Peixoto herdará em seu período como

governador eleito em 1951 e que só irá alterar em 1954, com a reestruturação desta Secretaria.

Sobre as reformas administrativas específicas para a educação podemos perceber que o Comandante destinava preocupação com a eficiência da administração, Amaral Peixoto tentou se cercar do que para ele havia de melhor no Estado do Rio de Janeiro e até mesmo no Distrito Federal, privilegiando a formação de uma equipe que permitisse governar o Estado com eficiência administrativa e econômica.

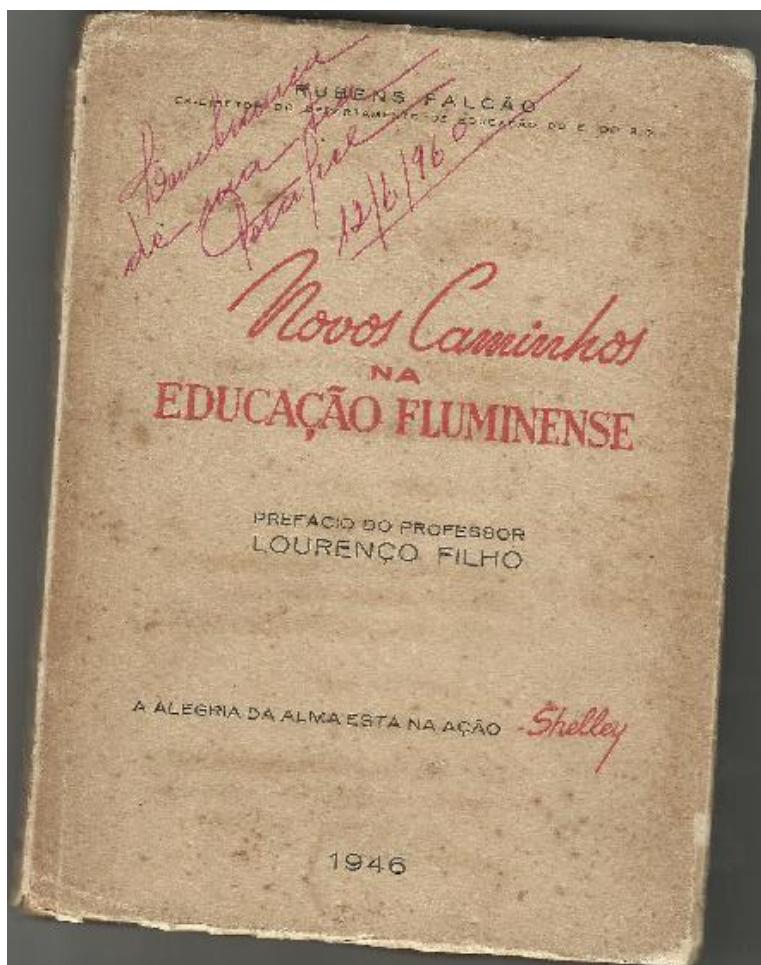
A extinção da secretaria de Educação e Saúde Pública em 1943 nos parece, foi motivada por disputas internas dentro da própria secretaria e que Rubens Falcão esteve envolvido diretamente nesta ação conforme nos indica Abreu:

Desejando mais de perto projetar os trabalhos do Departamento de Educação, que superintendia, outro Diretor, Rubens Falcão (1943), propôs ao Interventor Federal que os Departamentos da Educação e Saúde ficassem autônomos, desaparecendo a Secretaria de Educação e Saúde, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo. (ABREU, 1955, p. 120)

Assim, com esta organização da administração da educação estadual, é que Amaral Peixoto terminará seu período de Intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Este novo arranjo do Departamento de Educação permite novas reflexões sobre a política educacional desenvolvida no estado. E temos como fonte importante para esta reflexão a narrativa de Rubens Falcão no livro “Novos Caminhos na Educação Fluminense” e assim apresento a análise realizada a partir deste livro.

O livro “Novos Caminhos na Educação Fluminense”, de Rubens Falcão, tem como objetivo documentar a sua passagem pelo departamento de educação. Esta análise se apresenta como ferramenta importante para reconhecer algumas das estratégias e ações utilizadas durante o período de Intervenção Amaral Peixoto, para a educação fluminense.

Rubens Falcão vai surgir como o homem forte da educação fluminense durante o período de intervenção de Amaral Peixoto e depois no período de Amaral como governador eleito.



Capa do livro *Novos Caminhos na Educação Fluminense*. Acervo pessoal

Portanto, podemos iniciar a análise deste livro pela capa, onde, além do título do livro, encontramos o nome do autor e a antiga função institucional – “EX-DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO E. DO RIO”- o que pode respaldá-lo na tarefa que se propõe. Abaixo do destaque dado ao prefácio do livro escrito pelo Professor Lourenço Filho, está a citação: “A alegria da alma está na ação. Shelley” que relacionando a intencionalidade desta citação na capa do livro, que se repete na folha de rosto, nos remete ao que Foucault identifica no discurso:

[...] o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que- isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT,1996, p. 10)

A vontade de que a ação realizada durante o período à frente do Departamento de Educação pudesse ser registrada, transformada em história e em poder, vai aparecer de forma continuada em vários momentos deste livro, e esta intencionalidade pode ter dado visibilidade social ao autor Rubens Falcão, pois conseguiu outros cargos e chegou a secretário de educação em períodos posteriores.

A dedicatória do livro, “A memória de Feliciano Sodré – o fluminense que estremeceu a sua terra”, também nos remete à preocupação com a recuperação do lugar de destaque que a antiga Província (o estado do Rio é tratado assim em algumas partes do livro principalmente quando é citado por Lourenço Filho) deveria ter. Este propósito vai ser recorrente durante todo o período de intervenção de Amaral Peixoto, recuperar o estado do Rio, economicamente, politicamente e culturalmente e, poderíamos acrescentar moralmente. No sentido de resgatar o prestígio e a importância da então Província, pois Feliciano Sodré, que governou o estado entre 1923 e 1927, realizou grandes obras por todo o estado e foi considerado um Presidente de Estado atuante e progressista.

O prefácio do livro escrito por Lourenço Filho, na época Diretor do INEP, faz a apresentação da obra e do autor, relacionando o cargo que Rubens Falcão ocupava, no período em que relata, com o crescimento educacional do estado do Rio de Janeiro. Assim como, sua relação com o interventor Amaral Peixoto, além de informar que:

[...] apresenta-nos, neste livro, valiosas notas, dados e referências, e – o que não menos importa – a sua impressão pessoal e a súpula da impressão de vários de seus auxiliares diretos, quanto aos problemas da organização escolar na velha Província. Os vinte e cinco belos capítulos desta obra não constituem, assim, um relatório, no sentido de mera descrição dos fatos. Documentam, é certo, de modo muito claro, muitas das magníficas realizações empreendidas no governo do senhor interventor Amaral Peixoto, mas vão além, comunicando ao leitor o clima das idéias sociais e das de modernização técnica, dentro das quais este trabalho pôde desenvolver-se. (LOURENÇO FILHO in FALCÃO, 1946, p. 7)

Lourenço Filho também alerta que a obra da educação “Dependerá sempre das condições gerais da vida coletiva, onde encontra os seus fatores de êxito, ou razões de falência, quando não saiba àquelas condições adaptar-se, ou interpretá-las de modo conveniente”. Ao mesmo tempo, faz ainda uma análise da condição sócio-econômica e cultural do estado e da importância da escola para a população e para o projeto de desenvolvimento do estado, ressaltando a necessidade de uma administração de aspecto

VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica

UFMT – Cuiabá – 17 a 20/07/2016

Anais VII CIPA – ISSN 2178-0676

técnico- pedagógico, destacando as “Missões Culturais (pela primeira vez ensaiadas em nosso país no Estado do Rio)”, a avaliação do ensino no estado através de aplicação de provas e da análise e interpretação dos resultados. Também assinala que esta fase de realizações da administração Rubens Falcão deverá servir de incentivo para outras maiores conquistas, deixando claro, as afinidades das políticas educacionais propostas pelo estado e pelo governo federal.

Já na introdução deste livro, Rubens Falcão assinala que seu discurso tem uma proposta clara em dizer apenas o permitido, o conveniente. Neste sentido, faz um pequeno inventário profissional desde que assumiu como chefe de gabinete do secretário de educação e saúde em 10 de novembro de 1938, até 6 de novembro de 1945, quando sai da direção do Departamento de Educação. Também ressalta a gestão que o interventor Amaral Peixoto havia desenvolvido no estado do Rio, não sem criticar: “Ainda que tenha havido desacertos (e onde é que estes não ocorrem?) o número de boas ações é tão grande que oferece um considerável saldo a seu favor.” (FALCÃO, 1946, p. 12, grifo meu)

Apesar da crítica anterior, comenta: “Na chefia do governo fluminense o comandante Ernani do Amaral Peixoto foi o que se pode dizer: *the right man in de right place.*” (FALCÃO, 1946, p. 14). O que se observa é o destaque à atenção que o interventor dava a educação: “Na sugestiva paisagem das suas realizações, a educação aparece como o mais acariciado dos seus anelos.” (FALCÃO, 1946, p. 14) Apesar de tentar fazer do livro um documentário de sua passagem pelo Departamento de Educação, Rubens Falcão usa de linguagem poética e literária, o que pode ser originário de sua relação com a literatura.

Rubens Falcão (1946, p. 14) se coloca também como personagem do livro e entende que não é imparcial nesta posição: “Foi o que presenciamos; foi o que presenciou o observador imparcial. ” Segundo o autor, o livro está condensado (sic) “porque foi nosso propósito dizer apenas o essencial, o que conviria e deveria ser dito – despretensiosamente. ” (FALCÃO, 1946, p. 15). O autor agradece ainda aos seus parceiros como o INEP e seu “eminente fundador e primeiro diretor, professor Lourenço Filho, cuja autoridade em questões de ensino é acatada em todo continente. ”

(FALCÃO, 1946, p. 15). No fim da apresentação pede que “nos julguem razão reta e corações direitos. Não nos examinem sábios e grandes homens”.

Nos capítulos que se seguem no livro há praticamente um roteiro de escrita: primeiro faz um apanhado geral sobre o assunto que vai relatar, depois cita até mesmo de forma exagerada alguns intelectuais da educação ou da literatura, da história e da política em geral, reafirmando suas opiniões.

O livro possui 24 fotografias comprovando os fatos relatados. Principalmente, as fotografias demonstram o antes e o depois de prédios escolares. Há também fotografias com a presença do interventor, em vários momentos relacionados com a educação, como, por exemplo, na abertura do curso de férias para os professores e na inauguração de grupos escolares. Outro fato interessante é que este livro possui fotos de alunos em atividades como, alunos da educação especial utilizando o quadro negro e desenvolvendo atividades, alunos em atividades de educação física, nos clubes agrícolas, nas colônias de férias, desfiles cívicos, entre outros. O que pode nos indicar um dos legados da escola nova, alunos em atividades, a escola do fazer.

Os 25 capítulos deste livro podem ser divididos em três categorias: os capítulos que tem uma proposta pedagógica: I- Educação Rural; III- Horários e Programas; V- A questão da obrigatoriedade; X- Os Clubes agrícolas; XII- Uma experiência pedagógica (revisão dos Programas); XIII- Inspeção Escolar; XIV- Educação Especial; XV- Educação Física e Desportos; XVI- Educação de Adultos; XVII- Ensino Normal; XVIII- Ensino Industrial; XIX- Canto Orfeônico; XXI- Curso de férias e outros cursos (para professores); XXII- Teatro de Marionettes; XXIV- O problema do rendimento. Os capítulos com uma proposta administrativa: II- O “convênio” com as municipalidades; IV- Aparentamento; VI- Alimentação Escolar; VII- Associação de pais e mestres; VIII- Prédio Escolar; IX- Observando o sistema educacional fluminense (INEP) e o Apêndice que serão examinados nesta análise. Os capítulos com uma proposta cultural: XI- Artes Populares; XX- Difusão Cultural; XIX- Canto Orfeônico; XXIII- As missões Culturais. E um outro capítulo XXV- No conceito alheio.

Os capítulos possibilitam que percebamos os papéis e as representações destes projetos e programas desenvolvidos pelo Departamento de Educação, formando um sistema educacional unificado e centralizado, lembrando Foucault:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? Que é uma “escritura” (a dos “escritores”) senão um sistema semelhante de sujeição, que toma formas um pouco diferentes, mas cujos grandes planos são análogos? (...) (FOUCAULT, 1996, pp. 44-45)

Como exemplo de capítulo com uma proposta pedagógica, podemos citar o capítulo I - Educação Rural. Este capítulo é iniciado com relatos do VIII Congresso Brasileiro de Educação (em que o próprio Rubens Falcão foi delegado do Estado do Rio) e citando Sud Mennucci com as conclusões a cerca do tema – o professor primário das zonas rurais: formação, aperfeiçoamento, remuneração e assistência .

Posteriormente, faz uma série de reflexões sobre as características e condições do homem do campo no Brasil e comparando com algumas situações históricas do mundo utilizando para isso dos seguintes autores: Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, Mauricio de Medeiros, Arthur Neiva e Belisário Pena, Ronald de Carvalho.

Cita ainda seu próprio trabalho aprovado e apresentado na III Conferência Nacional de Educação onde sugeria um tipo de escola rural que admitiriam o regime de internato e “à maneira das escolas-novas de “Abbotsholme” e a “Bedales School” na Inglaterra; a “École des Roche”, na França; e a de “Odenwald”, na Alemanha, entusiasticamente descrita por Ad. Ferrière; e a de “Oberkirch” na Suíça.”(1946,p.20).

Traz ainda o A. Almeida Júnior (ex diretor de ensino de São Paulo) que “descreve-lhe os “sete pecados capitais”, ou seja: “a dificuldade de acesso; a situação de dependência do professor; o desconforto; o isolamento; a falta de estímulo; a dificuldade para cultivar-se e a falta de recursos para o ensino.” Faz referência ao Frota Pessoa com a sua visão da educação nos Estados Unidos juntamente com John K. Norton, da Universidade de Colúmbia.

A partir daí começa através da legislação se referir especialmente as escolas do estado fluminense.

Menciona o regulamento da instrução pública primária, a que se refere o decreto nº196-A, de 24 de dezembro de 1936, que dedicou um capítulo as “escolas típicas rurais”, ressaltando que só em 1938 através da atuação do interventor é que foram dadas condições para que essa legislação fosse realmente colocada em prática. Inclusive “No congresso de Goiânia, onde as focalizamos como delegado do Estado e fizemos exhibir filmes e fotografias das suas atividades, foi gabado o empenho com que disputam as simpatias da administração, que lhes tem proporcionado tôdas as facilidades possíveis” (1946, p.23).

Relata visitas que as escolas rurais receberam e as reações dos visitantes como: Vitor M. Orozco, diretor da Escola Normal Rural de El Mácaro, em Maracay (Venezuela); Professor Lourenço Filho, inclusive com declarações favoráveis de Lourenço Filho a imprensa sobre as escolas fluminenses.

O autor expõe o plano em andamento que deixa no departamento para a construção da Escola Normal Rural “que o chefe do executivo determinara fosse no município de Cantagalo.” (1946,p.24) de forma que assim seria provido o interior do estados de professores habilitados.

Para finalizar este capítulo cita novamente Sud Mennucci: “Tendo lido o distinto ruralista a notícia da futura instalação daquele tipo de escola no território fluminense, radiografou-nos do Estado bandeirante nestes termos calorosos: “Bravos! O estado do Rio terá a Escola Normal Rural antes de São Paulo. É uma lança em África!”” (1946, p.25)

Como proposta administrativa, II- O “convênio” com as municipalidades.
Segundo Falcão

A I Conferencia Nacional de educação consagrou que “a administração do ensino primário cabe primordialmente aos Estados”

È que ninguém desconhece que dificilmente poderão os municípios suportar ônus semelhante. No caso fluminense, *verbi gratia*, se u’a meia dúzia, está em condições para tanto, a grande maioria longe está de alcançá-lo. (FALCÃO, 1946, p. 27)

Falcão cita ainda Rui Barbosa e exemplos de outros países, para justificar o convênio que o estado assinou com os seus municípios. “Convenio Estadual de Ensino Primário”, descrevendo ainda as cláusulas do convênio, o que vai demonstrando a interferência total do estado. Falcão ainda reconhece que o decreto precisa ser regulamentado para ser melhor aplicado, o que percebemos acompanhando em Diário Oficial, um esforço por parte do estado para cumprir a parte em que deve orientar e fiscalizar as escolas municipais que farão inclusive parte da avaliação de rede que o estado do Rio promove. Também participando da reformulação de programas de ensino, porém o que se observa é que o estado não tem condições estruturais para assumir as escolas municipais e dar atendimento as demandas que vão surgindo, principalmente, nos municípios maiores. Falcão cita como exemplo de prefeituras que se adaptaram ao convênio, a prefeitura de Niterói:

“ (...) O caso de Niterói é típico: até 1937 a prefeitura não gastava coisa com o ensino; a despesa toda era feita pelo Estado. De 38 para cá a sua contribuição passou a ser de milhões de cruzeiros, que só o ano passado foi, em parte, desviada, mas ainda assim para serviços públicos de saúde.” (FALCÃO, 1946, p. 31).

O Convenio Estadual do Ensino primário vai ser discutido por Jaime de Abreu, o que nos remete a uma outra visão sobre este convênio:

No caso especial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro não se pode deixar de atentar também na decisão imposta, em certa época, as respectivas Prefeituras e que teve significativa repercussão na estrutura administrativa do aparelho educacional das comunas fluminenses. Trata-se do Convênio Estadual de Ensino Primário que constituiu verdadeira camisa de força impingida pelo Estado as Prefeituras. E que não se diga que os Prefeitos não estavam de certo contingidos a firmar tal documento, quando sabemos que em tal época – 1943 – eram eles nomeados pelo Interventor do Estado, e não havia Câmaras, estadual e Municipal. É possível ate que muitos não se tenham dado ao trabalho de ler o texto que iriam subscrever, ou não atentassem quanto a liberdade de ação, a iniciativa que iriam perder os Municípios que, ocasionalmente, representavam, não por vontade do povo que dirigiam, mas em decorrência da vontade pessoal do Interventor . (ABREU, 1955, p. 144)

Ainda segundo ABREU:

O que o Convenio logicamente determinou foi o descrédito em relação ao cumprimento de obrigações por parte do Estado, e mais: processou-se sério abalo nas atividades administrativas do poder executivo municipal quanto ao ensino. E o resultado, foi o desmantelamento dos órgãos municipais da educação... Muitas Prefeituras colocaram um funcionário à disposição da Inspetoria Estadual de Ensino – e algumas ainda o mantêm – quanto esta possuía sede no respectivo município; onde assim não ocorria, por que não

houvesse inspetoria estadual em todos os municípios, designavam para outra atribuição o inspetor municipal de ensino.

Durante todo o ano de 1944 recebeu o então chefe do Departamento Estadual de Educação dezenas de ofícios dos Prefeitos reiterando pedidos de criação de escolas onde se vagavam as municipais. E não eram atendidos...Nem podiam ser...

Êsse estado de coisas somente foi sendo superado, após a promulgação da Constituição Federal, em fins de 1946, e da Estadual, em junho de 1947, (...) (ABREU, 1955, p. 147)

Ao analisar as observações de Abreu, se percebe que a opinião de Falcão não seria tão imparcial como ele desejava.

No Capítulo IV Aparelhamento, de apenas duas páginas, Falcão trata do aparelhamento das escolas da rede estadual e inicia o capítulo citando Teixeira de Freitas, o ex-presidente do estado Feliciano Sodré e Fernando de Azevedo, afirmando:

A fim de acudir às necessidades das nossas escolas, fornecendo-lhes o mobiliário reclamado, foi aparelhada a seção madeira-indústria da Escola Industrial “Henrique Lage”. O provisionamento dos institutos de ensino primário passou a fazer-se mais regularmente, sendo de quatro mobiliários completos por semana a sua produção em média. Através do Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar, encarregado do respectivo controle e distribuição, foram contempladas todas as regiões. No período 1938-45, elevou-se a despesa a mais de Cr\$2.000.000,00 somente com o fornecimento de material as unidades de ensino da capital e do interior. (FALCÃO, 1946, p. 40)

Assim, havia uma preocupação em equipar as escolas não só com mobiliário, mas também com livros, materiais didáticos e espaços adequados.

No Capítulo VI Alimentação do escolar, Falcão apresenta exemplos de outros países, o problema da alimentação do escolar como uma preocupação “universal”, fazendo uma avaliação do problema brasileiro e apontando as caixas escolares, como uma das formas de amenizar este problema. Falcão comenta uma circular de 25 de julho de 1945:

[...] ainda há poucos dias dirigi-me aos presidentes das caixas escolares no sentido de ser aumentada a arrecadação dessas entidades em favor da merenda para nossos alunos. Tive, então, o ensejo de lhes transmitir o pensamento do chefe do governo a esse respeito, apelando para o desenvolvimento de uma campanha sistemática com semelhante objetivo. E disse que, com a cooperação vossa e das demais autoridades de cada município, muito poderia ser alcançado para melhorar as condições de higiene física dos escolares. (FALCÃO, 1946,p. 47)

Outra ação destacada para solucionar o problema da merenda escolar são os clubes agrícolas:

Por isto este Departamento vem insistindo na organização e funcionamento dos clubes agrícolas. Realmente, de seis que havia em 1937 chegávamos a cento e vinte e sete em 1943. Mas é pouco. É preciso que cada unidade possua seu clube agrícola, que deverá produzir em benefício dos próprios alunos. O serviço de Informação do Ministério da Agricultura se dispõe a fornecer quanto lhe seja solicitado para tal fim. Não somente ele como a Secretaria de Agricultura do Estado, através dos seus competentes órgãos. Para a organização desses clubes existem consubstanciadas em folheto, “instruções” deste Departamento. (FALCÃO, 1946, p. 47-48)

O trabalho social dos professores e outros membros da sociedade também é solicitado:

A par da instalação dos “clubes agrícolas”, bem podeis, em articulação com o professorado, obter maior numero de sócios para a caixa escolar e promover frequentes movimentos com o intuito de elevar a receita. Esta deve empregar-se essencialmente no fornecimento da merenda, cujo tipo será adotado de acordo com as possibilidades de cada região. O médico chefe do distrito ou do posto de saúde não se recusará por certo, a auxiliar nessa tarefa.

Em cada localidade há sempre um cidadão mais remediado que os outros. Se souberdes atraí-lo, elevando-o à dignidade de “patrono da escola”, esse homem vira a ser, mais tarde, um ótimo colaborador. Muita coisa poderá fazer pelas crianças que frequentam a escola da sua localidade ou do seu quarteirão.

(...)

É este o apelo que desejaria dirigir a vossa consciência de educadores. E eu vo-lo faça na certeza de que encontrara acolhida na vossa sensibilidade e no vosso patriotismo.

Não sei até quando permitirá Deus que eu forme convosco nessa cruzada de redenção da infância fluminense. Por isso vos deixo aqui o meu mais veemente e forte apelo em favor da criança- coluna do Estado – síntese dos nossos desejos e das nossas esperanças.” (FALCÃO, 1946, p. 48-49)

Falcão destaca ainda a participação das instituições militares,

Alguns estabelecimentos, localizados próximo a unidades do Exército recebem dos seus comandantes provisão alimentar. É o caso do grupo escolar “Benjamim Constant”, situado nas vizinhanças do 3º R.I. A sopa é ali distribuída, diariamente, a mais de trezentas crianças. (FALCÃO, 1946, p. 49)

O capítulo Associação de Pais e Mestres também vai ser iniciado com uma alusão ao pensamento de Decroly, “dizendo como indispensável à obra de renovação pedagógica, a colaboração da família.” (FALCÃO, 1946, p. 51) Neste sentido, definia a

associação de pais e mestres como uma instituição complementar e auxiliar da escola, que “se constituíam sob as denominações de “liga de bondade”, “cooperativas escolares”, “clubes de leitura”, “centro cívico”, “ambulatório”, “jornal escolar”, “liga de ex-alunos e tantas outras.” (FALCÃO, 1946, p. 51). Assim, analisa a história dessas instituições auxiliares, no Estado do Rio desde 1925, afirmando que depois da reforma do ensino estadual em 1929, “as instituições que completam a ação socializadora da escola, imprimindo-lhe maior eficiência e elasticidade, incluíram-se o “escotismo”, o “pelotão do dever e da saúde”, as “caixas escolares”, as “colônias de férias”, o “boletim do ensino” e o “museu pedagógico”. (FALCÃO, 1946, p. 51-52) A seguir, destaca a associação de pais e mestres, como uma instituição que deve ser prestigiada pelo poder público mas que é de iniciativa particular e social, como forma de socorrer as crianças desfavorecidas, “dão-lhes vestuário, calçado e merenda; estabelecem a cordialidade entre eles e promovem torneios de cultura e visitas dos pais a escola.” (FALCÃO, 1946, p. 52). Falcão termina este capítulo citando Fernando de Azevedo, sobre a importância da escola e sua relação com a família e outro pensador, Adolf Rude.

O capítulo “Observando o sistema educacional fluminense”, relata a visita de técnicos e professores dos estados do Maranhão, Rio Grande do Sul e do território do Acre, encaminhados pelo INEP para após cursos de administração escolar, promovidos pelo próprio INEP, que vem observar a parte prática em escolas fluminenses. Neste capítulo, um roteiro do que os professores deveriam observar nas escolas do estado.

No capítulo VIII- “Prédio Escolar, apresenta um levantamento do que foi encontrado quando o interventor chegou ao estado e oito anos depois, relacionando as escolas construídas e os municípios beneficiados.

Assim, relaciona as construções que foram erguidas em 1943, “o grupo escolar “Getulio Vargas” e Grupos escolares “Raul Vidal”, “José Bonifacio” e “Trajano de Medeiros” e que “foi ensaiada em 1945, com resultados promissores, a organização denominada *platoon plan*.¹” (FALCÃO, 1946, p. 58)

¹ *Platoon plan*, forma de organização do trabalho escolar que em vez de salas de classe, como até então, criou as salas de matéria, obrigando o deslocamento das crianças de um para outro ponto do edifício escolar, de modo a ocuparem, segundo horários previamente estabelecidos, a sala onde de tal ou qual disciplina fosse ensinada.

O autor faz alusão a Fernando de Azevedo: “O educador, o médico escolar e o arquiteto, como quer o Sr. Fernando de Azevedo devem cooperar como forças solidárias na interpretação e solução do magno assunto.” Como cita ainda “Carleton Washburne, superintendente do ensino em Winetka, Estados Unidos, conheceu as novas construções escolares fluminenses. E nos declarou que na América Latina, que percorrera nada vira que as superasse.” (FALCÃO, 1946, p. 58)

As fotografias deste capítulo apresentam o Grupo escolar “Saldanha da Gama”, em Campos, inaugurado por ocasião do centenário do nascimento domarinheiro. E o Grupo escolar “Siqueira Campos”, em Petrópolis, com oito classes. Também registra o prédio antigo do Grupo escolar “José Bonifácio”. E do prédio atual com vinte e duas salas.

Como exemplo da proposta cultural, podemos analisar o Capítulo XX - Difusão Cultural. Neste capítulo, o autor Rubens Falcão inicia com o discurso de que são muitos os elementos para se difundir a cultura no meio a que serve. E cita o cinema como “um magnífico fator de difusão cultural” (1946, p. 111) e a inclusão deste meio no estado do Rio: “sua influência tem-se exercido, não somente como auxiliar da obra educativa da escola como, mediante prévio ajuste, até nos estabelecimentos penais” (1946, p. 111)

Descreve ainda outros mecanismos de difusão cultural, como “a biblioteca circulante”, o “clube de leitura” (dando como exemplo os grupos escolares de Campos), “clube panamericanista” (do grupo escolar “Joaquim Távora”), “o dia do Patrono” mandado comemorar em todos os grupos do estado, “o museu pedagógico”, o “salão fluminense”-de artes plásticas-, o museu “Antonio Parreiras”, a “orquestra sinfônica”, a edição de livros, palestras e conferências sobre temas educacionais e de atualidades, o “Museu da República”, as exposições de fim de ano, excursões realizadas pelos professores, intercâmbio de professores com o estado de Minas, a Sociedade Brasileira de Americanismo entre outros. Relata ainda com destaque a exposição que fez em janeiro de 1945 com várias participações de municípios e onde foram exibidos os projetos e programas do departamento de educação.

Revela ainda a intenção de editar uma revista educativa-cultural, para a qual recebe carta de Fernando de Azevedo se colocando a disposição para colaborar com a

revista e ressaltando a importância desse tipo de iniciativa. O autor intercala o que foi feito com o que planejou fazer, mas que sua saída do cargo de Diretor do Departamento de Educação não permitiu concretizar. Assim sendo, percebemos a rarefação e a afirmação:

(...) a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante. (FOUCAULT, 1996, pp. 70)

O capítulo XXV- No conceito alheio – reforça inicialmente o que foi colocado no prefácio e na introdução: “Dissemos, de início, que este livro é um documentário e nos esforçamos por demonstrá-lo nos seus vários capítulos. Coerentes, vamos *data vênica*, transcrever algumas opiniões, na maioria – de educadores nacionais e estrangeiros – sobre o tratamento do máximo problema no período governamental que inaugurado em 10 de novembro de 1937, veio até outubro do ano passado.(1945)”(1946, p.137).

O autor pede ainda que tolerem a imodéstia, pois referências a seu nome surgem “aqui e ali, à pessoa ou a atuação do ex- diretor do Departamento”

Alguns dos educadores que o autor transcreve: José Augusto da Câmara Torres técnico de educação, sobre o sistema de avaliação implantado; A. Almeida Junior ex-diretor de Educação de São Paulo sobre as instalações e assistência a criança; Jornal A Manhã, sobre conferência ministrada pelo autor na ABE; Professora Chiquinha Rodrigues, criadora e animadora da Bandeira Paulista de Alfabetização sobre visita a uma escola típica rural, onde descreve a escola espaço físico e as atividades realizadas nestas escolas; Luiz Lezcano, diretor geral de escolas na República do Paraguai sobre visita ao grupo escolar “Joaquim Távora” e “Getúlio Vargas” levando inclusive as plantas das escolas rurais para serem aproveitadas no Paraguai, manda ainda notícias que foram publicadas no Paraguai sobre as visitas realizadas em Niterói e no Estado; Matéria publicada no jornal A Noite sobre a construção do educandário “Almirante Protógenes” em Araruama; Mr. Roscoe Wood gabinete do coordenador interamericano no Brasil em entrevistas a jornais entusiasmado com o sistema educacional fluminense;

Sud Mennucci sobre as escolas rurais e sobre a Conferência de Educação que seria realizada em Niterói; Mr. T.W.Sloper Jur. Presidente do comitê Inter-aliado de Coordenação das Comunidades Aliadas sobre dramatização da guerra por alunos do grupo escolar “Getúlio Vargas”. Jornal o Estado sobre concessão de bolsas de estudo. Prof. Anastacia V.Moraes sobre as impressões das visitas as escolas realizadas por professoras Paraguaias.

Assim, este estudo analisa a história de Rubens Falcão e suas redes de relações, muitas das quais já apareceram neste texto.

Rubens Falcão já havia ocupado o cargo de chefe de gabinete do secretário de Educação e Saúde – Rui Buarque de Nazaré no período de 1938 a 1942, além de ser inspetor de ensino dos quadros da rede estadual. A proximidade de Rubens Falcão com o ensino vem de longa data, como já dissemos, cearense, trabalhou com Lourenço Filho na Reforma da Instrução Pública do Ceará e na década de 1920 se estabelece no Rio de Janeiro, quando ingressa no quadro de inspetores da rede do estado do Rio de Janeiro. Próximo à literatura e ao folclore, sendo membro da Academia Fluminense de Letras, Academia Brasileira de Imprensa, Academia Friburguense de Letras e da Academia Petropolitana de Letras e Secretário Geral da Comissão Fluminense de Folclore de 1951 a 1980. Entre suas obras, citamos livros, textos e palestras: “A reforma do ensino no Ceará”; “Combate ao analfabetismo na zona rural”; “Academias Literárias”; “Fisionomia de Fagundes Varela”; ”Atividades de Educação”; “Palavras às professorandas mineiras”; “As leituras” e posteriormente a publicação de “Novos Caminhos na educação fluminense” Por fim, os livros : “Antologia de Poetas Fluminenses” (1968) e “Figuras” (1986). Por esta produção podemos perceber que Rubens Falcão também era um homem das Letras o que vai ser uma constante na sua biografia e na sua forma de escrever.

No Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – Mais uma vez convocados publicado em 1959 tem entre os seus signatários Rubens Falcão. Este Manifesto marca um movimento de mobilização de vários educadores “em busca de uma reação organizada que fizesse frente aos princípios contidos no substitutivo Lacerda” Este substitutivo transformava polemicamente o projeto da LDB que tramitava no Congresso Nacional. Esta participação como signatário deste Manifesto demonstra que Rubens

Falcão continuava a agir no campo da educação mesmo sem um cargo de destaque na estrutura da educação fluminense.

Vale a pena ressaltar o seu papel na Comissão Fluminense de Folclore que foi instalada em 1950 com o objetivo de valorizar a cultura popular e a tradição fluminense porém podemos observar que este entusiasmo pela cultura popular e tradição pode ter iniciado bem antes como nos mostra Fernandes (2003) quando retoma a questão do projeto político de Amaral Peixoto:

Esse projeto era associado a um plano educacional-cultural que buscava criar um novo cidadão, apto a participar do novo Brasil, mas que não rompia com as tradições da terra. O Departamento de Educação do estado, sob direção de Rubens Falcão, entre 1942 e 1945 dedicou suas atenções à educação rural. Foram criados diversos grupos escolares nos mais distantes rincões da terra fluminense. Associado a essa rede escolar eram formadas Escolas Típicas Rurais e clubes Agrícolas que buscavam formar os alunos valorizando as tradições da terra em que os educandos viviam. (...) Emblemático, dessa valorização das tradições, foi a feira de Artes Populares, organizada por Rubens Falcão e que realizou-se no Grupo Escolar Getúlio Vargas, na capital do estado, em 1945. Buscava-se assim apresentar a capital as tradições fluminenses. (FERNANDES, 2003, pag. 3)

Esta sua condução da Comissão Fluminense de Folclore porém deixou a desejar como relata Fernandes (2005):

Destacado burocrata da área educacional do Estado do rio de Janeiro organizou a CFF, contudo não realizou muito a frente desta Comissão. Convidou seis pessoas, de seu círculo de relações –membros da burocracia estadual e da intelectualidade niteroiense – para compô-la. Durante sua gestão a CFF apenas realizou as comemorações do dia do Folclore em 1950, participou do I Congresso Brasileiro de Folclore (CBF), ocorrido no Rio de Janeiro, em 1951, e iniciou o processo para o estabelecimento do convenio de proteção e pesquisas folclóricas entre a CFF e o governo estadual. Em 1952, quando foi convidado a participar da comissão de organização do IICBF, que ocorreria em Curitiba, renunciou ao cargo. Justificou a inatividade da CFF por suas atribuições a frente do Departamento de Educação Primária e Pré-primária. (FERNANDES, 2003, pag. 5)

(...) Não adiantava haver um contexto favorável sem que o Secretario pudesse dedicar-se a essas atividades, como foi o caso de Rubens Falcão. Ocupando um cargo na burocracia estadual poderia captar as benesses da administração fluminense para as atividades da CFF. Contudo, esse mesmo cargo era o impedimento para que pudesse se dedicar. (FERNANDES, 2003, pag. 6)

Rubens Falcão ocupou a Secretaria de Educação e Cultura durante o governo Miguel Couto (1955-1958), morreu em Niterói no dia 19 de fevereiro de 1995, e além dos cargos e funções citados nesta comunicação podemos destacar que fez parte ainda do

Instituto Histórico de Niterói e integrou por quatro anos o Conselho Estadual de Cultura. As suas narrativas, relatos e experiências e em especial a análise do livro “Novos caminhos na educação fluminense” realizada aqui, permite refletir sobre o que se propunha para a educação fluminense e seu próprio percurso profissional e intelectual.

Fontes documentais:

FALCÃO Rubens. Novos Caminhos na Educação Fluminense. Rio de Janeiro. Edição do Autor. 1946

Referências Bibliográficas:

ABREU, Jaime. O sistema Educacional Fluminense. Campanha de Inqueritos e levantamentos do ensino médio e elementar (CILEME) Publicação nº6. 1955

CÂMARA, José Bonifácio. Disponível em http://www.academiacearensedeletras.org.br/revista/revistas/1995_96/ACL_1995_1996_17_Rubens_Falcao_Jose_Bonifacio_Camara.pdf consultado em 07/04/2016

CANDIOTTO, Cesar. Foucault e a crítica da Verdade. Belo Horizonte, Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat,2010.

FERNANDES, Rui Aniceto. Corrigir um desajustamento: uma análise da implementação dos projetos varguistas para a educação no estado do Rio de Janeiro (1937-1945). I Encontro de Historia da Educação do Estado do Rio de Janeiro –UFF-Niterói, RJ, 2007

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

GONDRA, José & SILVA, José C. Textbooks in the history of education: notas para pensar as narrativas de Paul Monroe, Stephen Duggan e Afrânio Peixoto. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória, ES, 2011.

QUARESMA, Márcia da S. A escola pública fluminense no (antigo) Estado do Rio de Janeiro nos anos 50. IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana – CIHELTA – Rio de Janeiro, 2009

VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault & a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora,2011.